

# Demonstrações Contábeis

Instituto de Psicologia Clínica Educacional e Profissional - IPCEP  
31 de dezembro de 2021 e 2020 com o Relatório dos Auditores Independentes



# Instituto de Psicologia Clínica Educacional e Profissional - IPCEP

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

## Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis ..... 1

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial .....	5
Demonstração do Resultado do Exercício .....	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social Líquido .....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	8
Notas Explicativas da Administração .....	9

## **Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Administradores do  
**Instituto de Psicologia Clínica Educacional e Profissional - IPCEP** Rio  
de Janeiro, RJ.

### **Opinião com ressalvas**

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis do Instituto de Psicologia Clínica Educacional e Profissional – IPCEP ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Psicologia Clínica, Educacional e profissional – IPCEP em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião com ressalvas**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº1, Contexto Operacional, em dezembro de 2019, por determinação do Governo do Estado da Paraíba, a Entidade foi removida da administração dos hospitais Metropolitanos e Mamanguape e restringiu o acesso da Entidade às dependências físicas dos hospitais, assim como restringiu acesso às documentações dos hospitais, tanto físicas quanto digitalizadas arquivadas em sistema de armazenamento e gerenciamento de documentos digitais contratado pela administração da Entidade. A Entidade se encontra em processo jurídico para reaver acesso às documentações da Entidade. Devido às restrições a documentação a administração possui diversos saldos contábeis que não estão totalmente conciliados para os projetos Hospital Metropolitanos e Hospital Mamanguape. Devido à restrição de documentação suporte aos saldos registrados e a existência de saldos com pendências de conciliação não somos capazes de opinar sobre a completude de alguns saldos referentes aos projetos Hospital Metropolitanos e Hospital Mamanguape como segue; (i) conforme apresentado na Nota Explicativa nº7 saldo de Repasses a receber no valor de R\$6.517 em 31 de dezembro de 2021 (R\$6.677 em 31 de dezembro de 2020) referente ao Hospital Mamanguape e no valor de R\$6.228 em 31 de dezembro de 2021 (R\$6.615 em 31 de dezembro de 2020) referente ao Hospital Metropolitanos; (ii) conforme apresentado na Nota Explicativa nº10 saldo de Contas a Pagar no valor de R\$3.479 em 31 de dezembro de 2021 (R\$3.478 em 31 de dezembro de 2020) referente ao Hospital Mamanguape e no valor de R\$6.242 em 31 de dezembro de 2021 (R\$6.257 em 31 de dezembro de 2020) referente ao Hospital Metropolitanos; (iii) conforme apresentado na Nota Explicativa nº5 saldo de Adiantamentos e outros ativos no valor de R\$131 em 31 de dezembro de 2021 e 2020 referente ao Hospital Mamanguape e no valor de R\$900 em 31 de dezembro de 2021 e 2020 referente ao Hospital Metropolitanos.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº13, a entidade possui saldos de Depósitos Judiciais em seu ativo. A Entidade realiza o registro de ativo referente a depósitos judiciais com base apenas nos movimentos financeiros de depósito e liberação, porém não realizando a baixa dos mesmos no evento da perda de processos com depósitos vinculados, isso se dá principalmente pois apesar dos inúmeros pedidos às varas do trabalho do Estado da Paraíba, para que forneçam a relação dos processos quitados com tais recursos, o Instituto ainda não obteve essas informações. Não sendo possível relacionar os depósitos ao respectivo processo não somos capazes de opinar sobre a existência e recuperabilidade do ativo de depósitos judiciais.

Em 2020 devido a mudanças no sistema de folha de pagamento do Instituto a administração não manteve controle auxiliar para cálculo dos valores de saldo avos de férias que os funcionários tem direito. Assim em 31 de dezembro de 2020 o saldo de Obrigações trabalhistas se encontra subavaliado uma vez que não se encontra provisionado os saldos de avos de férias já adquiridos pelos funcionários, mas ainda não gozados. Para 2021 o Instituto fez levantamento manual dos saldos de avos de férias dos funcionários e efetuou o cálculo e registro dos valores de provisão para todos os funcionários em 31 de dezembro de 2021, assim na data base os saldos de provisão de férias se encontram provisionados.

Conforme necessidades de caixa dos projetos a Entidade utilizava saldos de caixa da sede ou de outro projeto contratado pelo mesmo ente governamental para liquidar passivos de forma a conseguir honrar com os compromissos do projeto, registrando em contas de ativo e passivo o direito de receber de volta os recursos e a respectiva obrigação de devolver os recursos em cada projeto. Identificamos que em algumas operações apesar de ser registrado o direito a receber no ativo do projeto que realizou o pagamento, não foi registrado a correspondente obrigação no projeto que teve o passivo liquidado, bem como a falta da baixa da obrigação liquidada, assim em 31 de dezembro de 2021 o passivo de Repasse de verbas entre projetos está subavaliado em R\$ 50 pendentes de conciliação.

Apesar do Instituto estar em processo de reformulação seus procedimentos internos de forma melhorar os seus controles internos em resposta aos pontos levantados nas ultimas auditorias, em 2021 a Entidade apresentou fraquezas nos controles internos relacionados ao processo de elaboração das demonstrações contábeis, gerando uma razoável possibilidade de que erros imateriais nas referidas demonstrações financeiras não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente. Os administradores comprometeram-se em melhorar os processos internos constantes na carta de recomendação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis.

### **Ênfase**

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos da Instituição foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal do negócio. Entretanto, as referidas demonstrações financeiras apresentavam patrimônio social em 31 de dezembro de 2021 negativo em R\$4.430 (R\$1.613 em 31 de dezembro de 2020). A manutenção das atividades do Instituto está diretamente associada ao sucesso de suas operações e captação de novos projetos que suportem as atividades do Instituto. O patrimônio social negativo indica a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade normal das atividades do Instituto.

## **Responsabilidade da Administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis**

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela gestão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de confiança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações da entidade ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época e, das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2022.

MRU Auditoria e Contabilidade Ltda.  
CRC RJ 006.688/O



Elias Xavier de França Junior  
Contador CRC RJ 090.827/O



Raul Cacio Soncin Pimentel  
Contador CRC RJ 112.682/O

## Balanço Patrimonial

(em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.950	6.969
Repasses a receber	7	28.336	21.407
Estoques hospitalares	6	4.443	-
Adiantamentos a fornecedores	5	900	930
Despesas a apropriar	5	680	274
Adiantamentos a funcionários	5	65	-
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>60.374</b>	<b>29.580</b>
Realizável a longo prazo			
Depósitos e bloqueios judiciais	13	10.860	9.298
Repasse de verbas entre projetos		10.606	4.500
		<b>21.466</b>	<b>13.798</b>
Permanente			
Imobilizado	8	14	18
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>21.480</b>	<b>13.816</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>81.854</b>	<b>43.396</b>
<b>Passivo</b>			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	969	-
Obrigações de projetos	7	22.456	6.751
Obrigações de estoques	6	4.443	-
Contas a pagar	10	13.091	15.051
Obrigações trabalhistas	11	9.110	1.643
Encargos sociais parcelados	12	217	364
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>50.286</b>	<b>23.809</b>
Não Circulante			
Encargos sociais parcelados	12	689	815
Provisão para contingências	13	24.663	15.886
Repasse de verbas entre projetos		10.556	4.500
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>35.908</b>	<b>21.201</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>14</b>		
Patrimônio social		(4.340)	(1.614)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>(4.340)</b>	<b>(1.614)</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>81.854</b>	<b>43.396</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## Demonstração do Resultado do Exercício

(em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
<b>Receitas operacionais</b>	<b>15</b>		
Custeio operacionais para manutenção de projetos		2.146	1.668
Repasses dos projetos		4.200	-
<b>Receita bruta</b>		<b>6.346</b>	<b>1.668</b>
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>17</b>		
Despesas com pessoal		(6.038)	(1.541)
Despesas administrativas		(1.122)	(508)
Despesas patrimoniais		(265)	(83)
Insumos da área medica		(114)	-
Provisão para contingencias		(1.300)	(20)
Perdas		(12)	-
		<b>(8.851)</b>	<b>(2.152)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>(2.505)</b>	<b>(484)</b>
<b>Resultado financeiro liquido</b>	<b>16</b>		
Receitas financeiras		1	5
Despesas financeiras		(222)	(263)
		<b>(221)</b>	<b>(258)</b>
<b>Déficit do exercício</b>		<b>(2.726)</b>	<b>(742)</b>
Outros Resultado Abrangentes		-	-
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>(2.726)</b>	<b>(742)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



## Demonstração das Mutações do Patrimônio Social Líquido

(em milhares de Reais)

	Nota	Superávit Acumulado	Reserva para indenizações trabalhistas	Reserva para rescisões trabalhistas	Reservas para contingências trabalhistas	Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>(872)</b>	<b>756</b>	<b>1.237</b>	<b>1.055</b>	<b>2.176</b>
Déficit do período	14.1	(742)	-	-	-	(742)
Constituição de reservas						
Para indenizações trabalhistas	14.2	-	(756)	-	-	(756)
Para rescisões trabalhistas	14.2	-	-	(1.237)	-	(1.237)
Para contingências trabalhistas	14.2	-	-	-	(1.055)	(1.055)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>(1.614)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.614)</b>
Déficit do período	14.1	(2.726)	-	-	-	(2.726)
Constituição de reservas						
Para indenizações trabalhistas	14.2	-	-	-	-	-
Para rescisões trabalhistas	14.2	-	-	-	-	-
Para contingências trabalhistas	14.2	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>(4.340)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.340)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

(em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
<b>Atividades operacionais</b>			
Superávit(Déficit) do exercício		(2.726)	(742)
Reconciliação Superávit(Déficit) ao caixa líquido			
Depreciação e amortização	8	4	17
Provisão para contingências	13	6.508	3.136
Multa, juros e atualização SELIC	12	(38)	255
Juros e encargos sobre empréstimos	9	(146)	-
<b>Superávit (Déficit) reconciliado</b>		<b>3.970</b>	<b>2.666</b>
<b>Redução/Aumento de ativos operacionais</b>			
Contas a receber e obrigações de projetos		8.776	21.514
Contas a pagar e adiantamentos a fornecedores		(73)	(3.717)
Obrigações e antecipações trabalhistas		7.433	(20.615)
Depósitos Judiciais		(1.562)	(8.730)
Outros ativos e passivos		(50)	286
		<b>14.524</b>	<b>(11.262)</b>
<b>Caixa aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>18.494</b>	<b>(8.596)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Pagamento de parcelamentos	12	(336)	(106)
Captação de empréstimos de capital de giro	9	2.485	-
Amortizações de empréstimos de capital de giro	9	(1.662)	-
<b>Caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>487</b>	<b>(106)</b>
<b>Aumento/Redução do caixa</b>		<b>18.981</b>	<b>(8.702)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>			
Disponibilidades no início do exercício	4	6.969	15.671
Disponibilidades no final do exercício	4	25.950	6.969
<b>Aumento/Redução do caixa</b>		<b>18.981</b>	<b>(8.702)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## **Notas Explicativas da Administração**

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional**

O Instituto de Psicologia Clínica, Educacional e Profissional (IPCEP), fundado em 25 de abril de 1958, é uma associação civil filantrópica, sem fins lucrativos, de pessoa jurídica de direito privado. O objetivo de sua criação, idealizada pelo professor e psicólogo Heraldo Cidade, foi o de oferecer um espaço de atendimento a uma parcela da população de deficientes intelectuais adultos, carentes na época destes espaços.

O IPCEP busca a inclusão social do usuário por meio de sua valorização como cidadão, integrando-o efetivamente à sociedade, oferecendo um espaço de possibilidades para a concretização de ações efetivas na área de Educação Especial. Também atua na promoção do desenvolvimento na área de saúde, através da gestão em saúde, promovendo a assistência e administração hospitalar em geral.

No Rio de Janeiro, o IPCEP está sediado na Rua Maria Eugênia, nº 138 – Humaitá, no Rio de Janeiro. O prédio foi uma doação da FUNDAÇÃO FILANTRÓPICA SAFRA, em 1991.

Em 2014, o IPCEP ampliou suas atividades em gestão de unidades hospitalares, no modelo de gestão pública-compartilhada, na gestão do Hospital Geral de Mamanguape (HGM), no estado da Paraíba, levando sua metodologia humanista ao atendimento dos pacientes.

Em 2017 o IPCEP assumiu a gestão do maior hospital da região Norte/Nordeste, especializado em Neurologia e Cardiologia, Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires (HM), também no estado da Paraíba.

Ainda em 2017 o IPCEP expandiu suas ações em Assistência Social no Município do Rio de Janeiro, assumindo a administração de projetos em parceria com a SMASDH – Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, como o programa Casas Vivas; a co-gestão da área de abrangência da Quinta Coordenadoria de Assistência Social e Direitos Humanos, que compreende os bairros de Bonsucesso, Manguinhos, Olaria, Ramos, Brás De Pina, Penha, Penha Circular, Bancários, Cacua, Cidade Universitária, Cocotá, Freguesia, Galeão, Jardim Carioca, Jardim Guanabara, Moneró, Pitangueiras, Portuguesa, Praia Da Bandeira, Ribeira, Tauá, Zumbi, Complexo do Alemão, Maré, Cordovil, Jardim América, Parada De Lucas e Vigário Geral; a co-gestão das Ações de Acolhimento de Adultos e Famílias Temporário, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, inauguramos 02 hotéis sociais no município do Rio de Janeiro; a co-gestão do projeto Rio Ar Livre administrando Academias da Terceira Idade em 185 praças; a co-gestão das ações de acolhimento de crianças e adolescentes e a co-gestão de abrigo a mulheres em vulnerabilidade, denominado Cora Coralina.

#### **NOSSA VISÃO:**

Ser uma Organização Social referência em nosso país em formar equipe técnica qualificada para prestação atendimento integral aos usuários das mais variadas políticas públicas que estão necessariamente interligadas, tendo a educação como mola propulsora, o ensino e a pesquisa como ferramentas, e a gestão como meio para promover saúde com eficácia e eficiência que o público usuário tem direito.

#### **NOSSOS VALORES:**

- Saúde é prioridade: dever do Estado e obrigação de cidadania, universal e de acesso com igualdade e equidade, com vistas ao atendimento integral às demandas trazidas pelos usuários atendidos neste sistema;
- Educação é fundamental: sendo o ensino e a pesquisa ferramentas essenciais para eficiência do processo, assim como instrumento de multiplicação e divulgação de saberes e manejos em áreas como a de pessoas com deficiência, portadoras de sofrimento psíquico, dentre outros grupos vulneráveis às mais diversas formas de violação de direitos;
- Humanização é diferencial: do processo de promover saúde, assistir na doença e cuidar do usuário, entendendo que o mesmo é um indivíduo portador de direitos e deve ser partícipe do processo de acompanhamento em saúde;
- Ética como única censura: é determinante fazer o bem, não fazer o mal, com autonomia e justiça;
- Gestão eficiente é responsabilidade social: aprender a fazer saúde com qualidade e com melhor custo possível é uma obrigação social;
- Capital Humano é o maior patrimônio: priorizando a formação de corpo técnico capacitado a atender às demandas específicas do projeto, dito de outro modo formar gente e garimpar “pérolas humanas”;
- Desenvolvimento sustentável: captar e gerir o “dinheiro bom” para cumprir nossa missão;
- Transparência na administração dos recursos: auditar e apresentar onde e como foram aplicados os recursos financeiros;
- Parceria para somar “expertise”: multiplicar ativos e dividir resultados;
- Meritocracia para premiar o trabalho e resultados pactuados.

## Notas Explicativas da Administração

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional (continuação)

#### Sede Própria IPCEP

✓Gestão de 1958 até o presente momento.

- Serviço de Prestação Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias – Unidade Referenciada.
- Criação: 25/04/1958.
- Público Alvo: Adultos (18 a 59 anos) e Pessoas Idosas (60 anos ou mais), grau de dependência I com deficiência intelectual e suas famílias.
- Capacidade Máxima: 50 pessoas.

O IPCEP iniciou suas atividades em 25 de Abril de 1958 com a proposta inicial de oferecer ensino especializado às pessoas com deficiência intelectual enfrentando as violações de Direitos provocadas pelo isolamento, preconceito, exaustão e falta de 7 cuidados adequados dos cuidadores. Com o passar dos anos e adequações normativas, o serviço oferecido sofreu alterações, sobretudo em função das demandas atendidas. Atualmente a instituição realiza SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIA, conforme a tipificação dos serviços sócio assistenciais postulados na resolução CNAS 109/2009. A instituição fica situada na região da zona sul do município do Rio de Janeiro, referenciada ao CREAS Maria Lina de Castro Lima, no território da 2ª Coordenadoria de Assistência Social e Direitos Humanos (CASDH).

Trata-se de uma associação civil filantrópica, sem fins lucrativos, e de pessoa jurídica de direito privado, idealizada pelo professor e psicólogo Heraldo Cidade, que atende adultos e idosos com deficiência intelectual cujo objetivo é a promoção de autonomia, através de ações estratégicas para acesso a Direitos, inclusão na vida comunitária considerando os marcos legais inaugurados com a Constituição Federal de 1988, aprimorados na Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social, Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite e legislações sucessoras.

Nosso maior desafio é promover qualidade de vida aos usuários, acesso aos direitos sócio assistenciais e revelar potencialidades para o reconhecimento das aptidões da família/cuidador, na aceitação e valorização da diversidade e na redução da sobrecarga do cuidador, superando a, ainda usual, prática de confinamento e demais ações discriminatórias com a pessoa com deficiência, em especial a intelectual. Dispomos de equipe especializada para atender, diagnosticar e encaminhar as necessidades dos usuários e sua família, de forma célere, reduzindo os impactos negativos da violação de direitos e exclusão social que fragilizam a autonomia e intensificam o grau de dependência da pessoa com deficiência e/ou idosa.

Os serviços oferecidos pelo IPCEP são gratuitos, com ações de caráter continuado, permanente e planejado. O planejamento das atividades propostas é elaborado a partir das demandas e assuntos apontados pelos usuários e suas famílias.

#### ATIVIDADES OFERECIDAS

As atividades são desenvolvidas por profissionais especialistas nas áreas de Educação Física, Terapia Ocupacional, Psicologia, Serviço Social, Fonoaudiologia, Pedagogia, dentre outras.

Nossa programação também prevê atividades culturais; autocuidado; socialização através de atividades comunitárias. São realizadas ainda: Assembleia, com os usuários para construção e apresentação das atividades a serem desenvolvidas; Encontros mensais com as famílias para o fortalecimento dos vínculos e enfrentamento das situações de vulnerabilidade, bem como Encontros periódicos com a família e comunidade para confraternização, bem como a apresentação do trabalho desenvolvido no Instituto.

Além disso, é construído, por toda a equipe, um Plano Individual de Atendimento (P.I.A.) para cada usuário, a fim de garantir o princípio da equidade no acesso aos direitos socioassistenciais, considerando as especificidades de cada sujeito e sua família.

## Notas Explicativas da Administração

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional (continuação)

Desde 2011, o trabalho no IPCEP é norteado por um projeto multidisciplinar, que é construído coletivamente, a partir de uma escuta ativa durante o ano anterior com os usuários, bem como com a participação dos profissionais, que buscam identificar as demandas a serem trabalhadas em nossas ações. Dessa forma, a metodologia utilizada ocorre – não em momentos específicos – mas durante todo o processo de intervenção realizada por nossa equipe. A partir disso, são realizadas como estratégias de planejamento: reuniões para definição dos subtemas coletados e construção do tema transversal; trocas de ideias de propostas individuais, bem como para construção de propostas em parcerias; acompanhamento e atualização das atividades planejadas. O tema transversal tem como objetivo facilitar o trabalho interdisciplinar, viabilizando a realização de atividades diversificadas, que avancem para além dos conteúdos a serem trabalhados e tornem a aprendizagem significativa.

Em 2019, nossas atividades foram norteadas pelo tema intitulado: QUEM SOU EU PRA ALÉM DOS RÓTULOS: DESAFIOS E IMPASSES DA DIVERSIDADE. Tal proposta envolverá discussões em torno de outros subtemas, tais como: Biodiversidade brasileira e as consequências das alterações humanas; a ditadura da Moda e os modelos de corpo; as constituições familiares: atualidades e reconfigurações; A diversidade étnica-religiosa-cultural e social; etc. O nosso objetivo é o de trabalhar valores de respeito, equidade e justiça; promover a inclusão e o autoconhecimento. Para isso, escolhemos tomar como norteadores, em nossas discussões e nas atividades propostas, alguns conceitos-chave, que chamamos de palavras-geradoras, por isso organizamos o tema geral em três trimestres da seguinte forma:

- Padrão, preconceito, respeito (1º trimestre);
- Representatividade, equidade; justiça/ responsabilidade social (2º trimestre);
- Moralidade/multiplicidade, intolerância/ extremismos/polaridades/ radicalismo, aceitação (3º trimestre).

Buscamos, portanto, ampliar todas as discussões para o cotidiano dos usuários, abarcando as notícias que chegam diariamente, de modo que eles se apropriem da realidade sociocultural em que estão inseridos e possam construir uma criticidade em relação à mesma.

Sendo assim, as oficinas realizam atividades lúdicas, a partir das temáticas definidas, que buscam explorar os aspectos cognitivos, físicos e sociais dos usuários. Logo, pretendemos desenvolver os conceitos pedagógicos e/ou refletir sobre as temáticas propostas a partir de atividades práticas, que se adequem às necessidades especiais, bem como viabilizem um aprendizado significativo e aplicado à sua realidade cotidiana. Todas as oficinas oferecidas no IPCEP seguem esta diretriz de trabalho, bem como atuam a partir dos temas definidos.

São oferecidas atualmente as seguintes oficinas: •

- Oficina de Artes Visuais
- Oficina de Expressão Corporal
- Oficina de Sociedade e Meio Ambiente
- Oficina de Musicoterapia
- Oficina de Teatro
- Oficina Leitura e Escrita
- Oficina da Matemática
- Oficina da Educação Física adaptada

São proporcionados, ainda, os seguintes atendimentos:

- Fonoaudiologia: Atendimento individual e em grupo. São realizadas atividades dinâmicas, tendo como objetivo estimular o desenvolvimento dos aspectos cognitivos da linguagem, atuando na preservação das habilidades comunicativas e na melhoria da qualidade de vida.
- Psicologia: Grupo Temático e de Reflexão – Atividades terapêuticas em grupo, realizado semanalmente. Atendimentos individuais para determinados usuários que necessitem de um suporte emocional.
- Serviço Social: Orientando e encaminhando usuários e familiares para dispositivos da Assistência Social, da Saúde ou outras políticas públicas, caso haja necessidade, além da realização mensal do “Encontro de Famílias”, em conjunto com a 10 Psicologia.

# Notas Explicativas da Administração

---

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional (continuação)

### PROJETOS ENCERRADOS

#### **1.1. Hospital Geral de Mamanguape – Mamanguape Paraíba Gestão de junho de 2014 até dezembro de 2019**

Em julho de 2014, o IPCEP expandiu suas atividades para a gestão de unidades hospitalares através de Contrato de Gestão compartilhada com o ente público. O Hospital Geral de Mamanguape, na Paraíba, foi o primeiro a ser administrado pela entidade nesse novo formato, através de contrato de gestão compartilhada, o que levou sua metodologia humanista ao atendimento dos pacientes.

Concebido para oferecer atendimento de qualidade e assistência humanizada a uma parcela importante da cidade de Mamanguape, o hospital logo se torna referência no atendimento e na formação de recursos humanos em Medicina (Emergência, Maternidade e UTI adulto), funcionando como Hospital de Ensino, com 120 leitos, sendo 03 salas cirúrgicas completas e 10 leitos de UTI.

O contrato se encerrou por decurso do prazo de vigência em 27/12/2019, onde o Estado da Paraíba não realizou o repasse dos valores necessários ao pagamento das obrigações assumidas pelo IPCEP, em razão do contrato de gestão, o que impediu o pagamento de prestadores de serviços, fornecedores e verbas rescisórias dos empregados, hoje a situação encontra-se judicializada, onde o IPCEP processou o Estado buscando o recebimento dos valores devidos.

#### **1.2. Hospital Metropolitan Dom José Maria Pires – Santa Rita Paraíba Gestão de outubro de 2017 até 26 de janeiro de 2020**

O Hospital tem uma capacidade instalada total de 226 leitos, porém a abertura do mesmo aconteceu de forma escalonada, sem prejudicar em nada o atendimento e funcionamento da unidade.

O escalonamento ocorreu da seguinte forma: O total de leitos hoje ativos é de 135 leitos sendo, 26 leitos de observação/porta de entrada; setor de Internação Clínica/Cirúrgica com 61 leitos, distribuído em Cardiologia, Neurologia e isolamento, tanto adulto quanto pediátrico; as Unidades de Terapia Intensiva, com 40 leitos, divididas em UTI Neurocirúrgica, UTI AVC, UTI Cardiológica e UTI Pediátrica Cardíaca e Neurológica, dotada de sistema de monitorização contínua, que admitem pacientes através do suporte e tratamento intensivos tenham possibilidade de se recuperar; e 08 leitos de recuperação pós-anestésico – U.R.P.A. O Hospital também foi aberto de forma escalonada, funcionando com 05 salas destinadas a Cirurgias Específicas de Cardiologia e Neurocirúrgica.

O contrato se encerrou por rescisão unilateral por parte do Estado da Paraíba, o qual obteve liminar judicial em 26/01/2020, sendo certo que o Estado da Paraíba não realizou o repasse dos valores necessários ao pagamento das obrigações assumidas pelo IPCEP, em razão do contrato de gestão, o que impediu o pagamento de prestadores de serviços, fornecedores e verbas rescisórias dos empregados, hoje a situação encontra-se judicializada, onde o IPCEP processou o Estado buscando o recebimento dos valores devidos.

Através de liminar judicial a Entidade foi removida da administração dos hospitais Metropolitan e Mamanguape e teve o acesso restringido as dependências físicas dos hospitais, assim como restringido o acesso às documentações dos hospitais, tanto físicas quanto digitalizadas arquivadas em sistema de armazenamento e gerenciamento de documentos digitais contratado pela administração da Entidade. A Entidade se encontra em processo jurídico para reaver acesso as documentações da Entidade.

## **Notas Explicativas da Administração**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional (continuação)**

#### **1.3. Coordenação de Área Programática 5.1 e 5.2 – Rio de Janeiro – RJ. (Clínica da Família) Contrato de gestão Nº 8 e 12/2019 - Gestão de 02 de julho de 2019 até 28 dezembro de 2019**

##### **CAP 5.1 – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS)**

A Coordenadoria Geral de Atenção Primária (CAP) da área de planejamento 5.1, localiza-se na região norte do município. A área possui 122,36 Km<sup>2</sup> de extensão e está dividida em duas regiões administrativas: a XVII RA (Bangu), composta pelos bairros Padre Miguel, Bangu, Senador Camará e Gericinó e a XXXIII RA (Realengo), composta pelos bairros Deodoro, Vila Militar, Campo dos Afonsos, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos e Realengo. Embora possuindo originariamente 10 bairros, cedeu o bairro de Deodoro à CAP 3.3, em 2016, devido à proximidade geográfica. Em 2017, foi criado o Bairro de Vila Kennedy, voltando, portanto, a CAP 5.1 a possuir 10 bairros.

Faz limite com a CAP 5.2 (Oeste), municípios da baixada fluminense (Norte), CAP 3.3 (Leste) e CAP 4.0 (Sul). A CAP 5.1, possui um grande centro comercial em Bangu e importantes eixos comerciais entre os bairros de Padre Miguel, Realengo, Magalhães Bastos e Sulacap, na extensão de vias como Avenida Marechal Fontenelle, Avenida de Santa Cruz e Rua Francisco Real. É cortada ao meio pela Avenida Brasil, principal via expressa do município e pelo ramal ferroviário de Santa Cruz. Mais recentemente, ganhou uma via expressa de grande importância para a cidade: a Transolímpica, que liga a Avenida Brasil a Jacarepaguá. Conforme o Censo 2010, a população original é de 671.041 habitantes, considerando-se os 10 bairros originais, incluindo Deodoro. Posteriormente, com a saída de Deodoro, a população passou a contar com 636.183, porém atualmente, este número encontra-se desatualizado, pelo crescimento da população, especialmente em zonas de expansão urbana, que ocorre de forma desordenada e irregular.

##### **Distribuição das unidades no território da Área Programática 5.1**

Segundo dados do Censo 2010, consolidados no estudo do Índice de Desenvolvimento Social (IDS-IPP), 99,29% dos domicílios da CAP 5.1 possuíam serviço de abastecimento de água adequado; 91,74% estavam na rede de esgoto adequada e 99,43% com coleta de lixo regular. Também possuía 1,84% dos jovens entre 10 e 14 sem alfabetização e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio girava em torno de 2,59 salários mínimos. O IDS médio de 0,57 fica 0,04 abaixo da média municipal, de 0,61.

O número de pessoas cobertas pela estratégia na CAP 5.1 aproxima-se dos 604 mil residentes, atendidos em 26 unidades de Atenção Primária em Saúde (APS). Além das unidades de atenção primária, a rede de atenção à saúde da CAP 5.2 é composta pelos seguintes serviços: CAPS Lima Barreto, CAPS Neuza dos Santos Souza, CAPSi Pequeno Hans, Casa de parto David Capistrano, Hospital Municipal Albert Schweitzer, Hospital Mariska Ribeiro, Policlínica Manoel Guilherme da Silveira Filho, UPA Bangu, UPA Magalhães Bastos, UPA Realengo, UPA Senador Camará, UPA Vila Kennedy (Figura 1). Há na AP unidades nas quais estão incluídos os territórios sociais onde há acompanhamento diferenciado para as famílias de acordo com as necessidades. São elas: CF Antônio Gonçalves da Silva, CF Kelly Cristina de Sá Lacerda e Silva, CF Rômulo Carlos Teixeira, CMS Waldyr Franco, CF Fiorello Raymundo, CF Padre John Cribbin, CF Mário Dias de Alencar, CF Sandra Regina e CMS Henrique Monat.

##### **CAP 5.2 – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS)**

A Área de Planejamento 5.2 é originária da subdivisão da área três do Município do Rio de Janeiro, composta ainda das áreas 5.2 e 5.3, para fins de gestão em saúde planejada. A AP 5.2 é composta por 8 bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro, organizados em duas Regiões Administrativas (RA), a saber: XVIII Região Administrativa de Campo Grande e XXVI Região Administrativa de Guaratiba.

AP 5.2 - tem como meio de integração interna e com o Centro da cidade, o trem, no caso a linha férrea da Central do Brasil, ramal Santa Cruz e Campo Grande. Esta região tem como limite norte o município de Nova Iguaçu, a leste com a AP 5.1, a oeste pela AP 5.3 e a Baía de Sepetiba e ao sul pela AP 4.0 e o Oceano Atlântico. Vale lembrar que Campo Grande é o grande centro de toda a AP 5 estendendo seu raio de influência econômica aos municípios limítrofes (Nova Iguaçu e Seropédica). A RA de Guaratiba convive com os menores percentuais de IDH entre todas as RA.

O contrato se encerrou por decurso do prazo de vigência em 28/12/2019, onde o Município do Rio de Janeiro não realizou o repasse dos valores necessários ao pagamento das obrigações assumidas pelo IPCEP, em razão do contrato de gestão, o que impediu o pagamento de prestadores de serviços, fornecedores e verbas rescisórias dos empregados.

## **Notas Explicativas da Administração**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional (continuação)**

#### **PROJETOS EM ANDAMENTO**

##### **1.4. Programa Maricá das Artes – Maricá – RJ.**

###### **Gestão de julho de 2020 em vigência**

O programa Maricá das Artes visa o desenvolvimento da criação artística e cultural em Maricá, a partir da instalação de novos equipamentos culturais em quatro regiões do município (Inoã, São José do Imbassai, Itaipuaçu e Ponta Negra), que funcionam como polos de capacitação profissional em diversas áreas e segmentos culturais, espaços de apresentação artística e de centros de estímulo ao empreendedorismo, com vistas a dinamizar esses territórios criativos e realizar uma Mostra de Arte e Cultura com inclusão e impacto sociocultural.

Através do Projeto Maricá das Artes vem sendo referência, no Estado do Rio de Janeiro, como política municipal capaz de promover o desenvolvimento do mercado cultural a partir do estímulo ao empreendedorismo dos artistas, mobilizados, capacitados e conectados em territórios comuns.

##### **1.5. Projeto Casa Abrigo Ernani Gomes Duarte - Maricá – RJ.**

###### **Gestão de agosto de 2020 – O IPCEP encerrou a vigência do projeto em 2022.**

O Serviço de Abordagem Social e Acolhimento na modalidade Abrigo Institucional é realizado no Município de Maricá, disponibilizando acolhimento em 04 (quatro) Unidades, sendo 20 (vinte) vagas por unidade, com acolhimento provisório para pessoas adultas de ambos os sexos ou grupo familiar, em situação de rua e desabrigo, por abandono e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento. Prestamos o Serviço de Abordagem Social e Acolhimento na modalidade Abrigo Institucional para Adultos e Famílias, na perspectiva da promoção dos direitos fundamentais, de acordo com as diretrizes previstas na Resolução CNAS nº 109/2009.

##### **1.6. Projeto Casa Lar –Monteiro Lobato e Zuleika Cardoso - Maricá – RJ**

###### **Gestão de abril de 2020 até abril de 2022.**

As Casas de Acolhimento são instituições que visam proporcionar a melhoria da condição de vida de crianças e adolescentes que chegam de famílias que ameaçaram e/ou violaram os direitos dos mesmos, e apresentam-se desestruturadas por inúmeros motivos. Propõe um acolhimento digno e trabalha de acordo com a necessidade de cada caso que se apresenta, seja no campo da Saúde, Educação, Assistência Social e Psíquica. Durante a permanência da criança na instituição, há uma constante preocupação em “cuidar” para que as mesmas mantenham o desenvolvimento físico e mental em condições que possam aguardar o andamento do processo, seja à volta para a família de origem ou a adoção.

O projeto tem como objetivo a execução de serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos em 02 (duas) unidades de rede municipal de proteção assistencial, tipificado como Casa Lar, sendo 10 (dez) vagas em unidade para crianças de 0 a 12 anos incompletos e 10 (dez) vagas em unidade para adolescentes de 12 anos incompletos a 18 anos incompletos em conformidade com a Política de Proteção Social Especial de Alta complexidade do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, no Município de Maricá.



## **Notas Explicativas da Administração**

---

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional (continuação)**

#### **PROJETOS INICIADOS EM 2021**

##### **1.7. Complexo Estadual de Saúde da Penha – Hospitalar Estadual Getúlio Vargas**

**Gestão de setembro de 2021 até janeiro de 2023. Contrato de gestão 004/2021 - IPCEP e Estado do Rio de Janeiro**

O Contrato de gestão tem por objeto a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde do Complexo Estadual de Saúde da Penha (UPA 24h) localizado na Av. Lobo Júnior com Av. Brás de Pina, s/n, Parque Ary Barroso e pelo Hospital Getúlio Vargas (HEGV), localizado na Av. Lobo Júnior, n. 2293, conforme especificações, quantitativos, regulamentação do gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde destinados à população. Contrato de gestão iniciado em 2021, ainda em vigor.

Concebido para oferecer atendimento de qualidade que assegure assistência universal e gratuita a população, o hospital logo se torna referência no atendimento e na formação de recursos humanos em medicina (Emergência e UTI adulto), funcionando com igualdade a assistência de saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie, prestação de serviços com qualidade e eficiência, utilizando – se dos equipamentos de modo adequado e eficaz.

##### **1.8. SEDUC Cuidador. Contrato 21/2021 - IPCEP e Estado do Rio de Janeiro**

**Gestão de julho de 2021 até o julho de 2022**

O contrato tem por objeto a prestação de serviços de apoio para atendimento aos alunos com deficiência, matriculados na rede pública estadual de ensino, que apresentam limitações motoras e outras que acarretam dificuldades de caráter permanente ou temporário no autocuidado, com vistas à promoção de acessibilidade, inclusão e integração desses alunos no âmbito escolar, por meio de auxílio na alimentação, higiene, locomoção, compreensão, orientação e comunicação com os demais, na forma do Termo de Referência, instrumento convocatório, Ata de Registro de Preços no 001/2021.

##### **1.9. SEDUC Libras. Contrato 30/2021 - IPCEP e Estado do Rio de Janeiro**

**Gestão de setembro de 2021 até setembro de 2022**

O Contrato tem por objeto a contratação de serviço de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS para atendimento dos alunos com deficiência auditiva, surdez, surdocegueira e deficiência múltipla sensorial matriculados nas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino, na forma do presente Contrato. Termo de Referência, Instrumento Convocatório, Ata de Registro de Preços no 02/2021.

## **Notas Explicativas da Administração**

---

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

#### **2.1. Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Administradores em 6 de outubro de 2022.

#### **2.2. Base de preparação e mensuração**

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Entidade leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

#### **2.3. Recursos vinculados ao Contrato de Gestão**

Os recursos financeiros alocados ao Contrato de Gestão estão depositados em conta bancária específica. Contabilmente, controla-se a movimentação em subcontas do ativo e do passivo, respectivamente. Tendo em vista a responsabilidade deste na custódia dos valores repassados, subsequentemente, será concedida a sua realização por intermédio do cumprimento das metas fixadas pelo órgão supervisor, mediante cláusula do instrumento vigente.

Os efeitos líquidos das variações dos ativos e passivos vinculados aos Contratos de Gestão não afetam o patrimônio líquido do Instituto, estando no patrimônio líquido do Instituto apenas os resultados de suas próprias operações e atividades. Os valores de repasses para as operações do projeto são registrados no passivo reconhecendo a obrigação do Instituto de aplicar estes recursos nas operações previstas no contrato de gestão, e à medida que os recursos vão sendo empenhados, os gastos são registrados em conta redutora da obrigação.

#### **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em "Reais", que é a moeda funcional da Entidade.

## **Notas Explicativas da Administração**

---

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais políticas contábeis**

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Tais práticas estão de modo consistente nos exercícios apresentados.

#### **3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - "Demonstração dos Fluxos de Caixa", a Entidade considera como caixa e equivalente de caixa os valores em dinheiro em caixa, depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata com vencimentos originais de até três meses, ou menos, e com risco não significativo de mudança de valor.

#### **3.2. Instrumentos financeiros**

##### **3.2.1. Reconhecimento e mensuração**

Os instrumentos financeiros são representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos mensurados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

##### **3.2.2. Compensação de instrumentos financeiros**

Não houve compensação de instrumentos financeiros, mas na sua existência, serão compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **3.3. Provisões**

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

#### **3.4. Reconhecimento da receita**

##### **3.4.1. Receitas operacionais**

As receitas operacionais são reconhecidas pelo regime de competência, com base nos fluxos de caixa dos projetos.

##### **3.4.2. Receitas financeiras**

As receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência, com base no método da taxa de juros efetiva.

## Notas Explicativas da Administração

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3.5. Tributação

O Instituto de Psicologia Clínica Educacional e Profissional é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea “C” e seu parágrafo 4º artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

**Forma Jurídica Conforme a Legislação Vigente** - Instituto de Psicol. Clínica Educacional e Profissional é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 à 61 do Código Civil.

**Característica da Imunidade** - O Instituto de Psicol. Clínica Educacional e Profissional é uma instituição sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. Do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- A Imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

**Requisitos Para Imunidade Tributária** - A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social do Instituto de Psicol. Clínica Educacional e Profissional e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.41 do Estatuto Social);
- b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art.42 do Estatuto Social);
- c) Mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

**Isenção Tributária** - O Instituto de Psicol. Clínica Educacional e Profissional é isenta à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei No. 9.532/97, Lei No. 11.096/06 e Lei No. 12.101/09 e Decreto 7.237/10

**Característica da Isenção** - O Instituto de Psicol. Clínica Educacional e Profissional é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei No. 9.532/97 e artigo 1º. Da Lei No. 12.101/09, e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características:

- O Instituto é regido por legislação infraconstitucional;
- A isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida)
- Existe o fator gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a Instituto de Psicol. Clínica Educacional e Profissional é dispensada de pagar o tributo;
- Há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

**Requisitos para Manutenção da Isenção Tributária** - O Instituto de Psicologia Clínica Educacional e Profissional é uma entidade de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção de contribuição para seguridade social de acordo com o artigo 29 da Lei No. 12.101/09, cumprindo os seguintes requisitos.

- Não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- Atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as).

## Notas Explicativas da Administração

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de caixa e equivalentes de caixa, assim como a segregação entre os projetos, são compostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fundo fixo de caixa	-	12
Depósitos bancários em conta corrente	42	1.877
Aplicações financeiras automáticas	25.908	5.080
<b>Total</b>	<b><u>25.950</u></b>	<b><u>6.969</u></b>
IPCEP	1	22
Clínica da Família	-	279
Abrigo Ernani	44	3.962
Maricá das Artes	815	2.640
Casa Lar	323	65
Hospital Getúlio Vargas e UPA	24.377	-
SEDUC Cuidador	380	-
SEDUC Libras	7	-
Rego e Barros	2	-
Cai Osvaldo Aranha	1	-

### 5. Adiantamentos e outros ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de adiantamentos são compostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamentos de salários e ordenados	55	-
Adiantamentos a funcionários para despesas	10	-
Adiantamentos a fornecedores	900	930
Despesas a apropriar	676	273
Consorcio de veículo	4	-
<b>Total</b>	<b><u>1.646</u></b>	<b><u>1.203</u></b>
IPCEP	538	157
Hospital Mamanguape	131	131
Hospital Metropolitano	900	900
Clínica da Família	15	15
Casa Lar	53	-
Abrigo Ernani	4	-
Hospital Getúlio Vargas e UPA	4	-

## Notas Explicativas da Administração

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Estoque hospitalar e Obrigações de estoques

Entre as atribuições do Instituto está a de realizar o controle compra dos estoques do Hospital Getúlio Vargas, porem os estoques são entregues diretamente ao hospital e são utilizados estritamente no mesmo.

Em 31 de dezembro de 2021 os saldos da estoques são compostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Medicamentos e materiais controlados	2.286	-
Material Hospitalar	1.219	-
Órteses e Próteses	514	-
Alimentos e dietas especiais	125	-
Material de limpeza uso e consumo	197	-
Equipamentos de manutenção e segurança	102	-
<b>Total</b>	<b><u>4.443</u></b>	<b><u>-</u></b>
Hospital Getúlio Vargas	4.300	-
UPA	143	-

### 7. Repasses a receber e Obrigações de projetos

Os valores de contas a receber referem-se a subsídios do governo os quais o IPCEP tem a receber. Vale ressaltar que é realizada projeção de acordo com os contratos firmados, onde nem sempre é realizado repasse total provisionado, ficando assim saldos a receber futuramente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos da rubrica são compostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Repasses da Secretaria de Saúde da Paraíba a Receber	12.345	12.892
Repasses da Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro a Receber	15.111	7.575
Repasses da Secretaria de Assistência Social do Rio de Janeiro	-	60
Ressarcimento Faturamento Opme Extra SUS <sup>(a)</sup>	400	400
Custeio e Convênios a Receber	480	480
<b>Total</b>	<b><u>28.336</u></b>	<b><u>21.407</u></b>
IPCEP	480	480
Hospital Mamanguape	6.517	6.677
Hospital Metropolitano	6.228	6.615
Clínica da Família	15.111	7.575
Casa Lar	-	60

(a) O saldo da conta Extra Sus refere-se a atendimentos prestados o qual haverá um ressarcimento do SUS por tais atendimentos.

## Notas Explicativas da Administração

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Repasses a receber e Obrigações de projetos (continuação)

Os saldos de obrigações de projeto da Entidade estão demonstrados a seguir:

	Hospital Mamanguape	Hospital Metropolitano	Clínica da Família	Casa Lar	Maricá das Artes	Abrigo Ernani	Hospital G. Vargas e UPA	Total
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	-	<b>2.809</b>	-	-	-	-	-	<b>2.809</b>
Provisão (Reversão) de								
Repasse	27.183	99.000	117.295	-	-	-	-	243.478 (-)
) Recursos Utilizados	(27.183)	(101.809)	(78.257)	-	-	-	-	(207.249)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	-	-	<b>39.038</b>	-	-	-	-	<b>39.038</b>
Provisão (Reversão) de								
Repasse	2.548	4.630	(36.350)	1.991	3.140	4.510	-	(19.531)
(-) Recursos Utilizados	(2.548)	(4.630)	(2.688)	(1.991)	(395)	(504)	-	(12.756)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	-	-	-	-	<b>2.745</b>	<b>4.006</b>	-	<b>6.751</b>
Provisão (Reversão) de								
Repasse	(161)	(387)	7.536	3.186	2.943	63.759	79.695	(-) Recursos
Utilizados	161	387	(7.536)	(3.150)	(3.222)	(5.840)	(44.790)	(63.990)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	-	-	-	<b>36</b>	<b>2.466</b>	<b>985</b>	<b>18.969</b>	<b>22.456</b>
Total Provisionado	83.949	203.421	88.481	5.177	6.083	7.329	63.759	458.199
Total Utilizado	(83.949)	(203.421)	(88.481)	(5.141)	(3.617)	(6.344)	(44.790)	(435.743)

## Notas Explicativas da Administração

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Imobilizado

O ativo imobilizado compreende principalmente moveis, utensílios e equipamentos de informática utilizados pela matriz. São demonstrados pelo custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens bem.

A depreciação é calculada pelo método linear de forma a reconhecer no resultado, durante a vida útil estimada para cada grupo dos ativos, os custos de cada ativo limitado aos seus valores residuais.

A Entidade utiliza uma abordagem por componente na depreciação de seus ativos de forma que cada componente seja depreciado de acordo com sua respectiva vida útil; os componentes com vidas úteis similares são depreciados de forma conjunta como um único componente.

A movimentação dos ativos imobilizados da Entidade em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	<b>Custo Histórico</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Depreciação do Exercício</b>	<b>Custo Histórico</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Moveis e utensílios	25	(2)	23	(7)	25	(9)	16
Equipamentos	18	(6)	12	(10)	18	(16)	2
Computadores	1	(1)	-	-	1	(1)	-
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>(9)</b>	<b>35</b>	<b>(17)</b>	<b>44</b>	<b>(26)</b>	<b>18</b>

	<b>Custo Histórico</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>Depreciação do Exercício</b>	<b>Custo Histórico</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>
Moveis e utensílios	25	(9)	16	(4)	25	(13)	12
Equipamentos	18	(16)	2	-	18	(16)	2
Computadores	1	(1)	-	-	1	(1)	-
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>(26)</b>	<b>18</b>	<b>(4)</b>	<b>44</b>	<b>(30)</b>	<b>14</b>



## Notas Explicativas da Administração

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Empréstimos e Financiamentos

Em 2021 o Instituto captou empréstimos de capital de giro, para pagamento em um trimestre, a fim de garantir a capacidade de honrar com seus compromissos de curto prazo. Além disso o Instituto se utilizou de limites de créditos de suas contas correntes. A despesa do exercício representa o valor de IOF incorridos nas transações e juros incorridos no exercício.

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Empréstimo de capital de giro C.015246325 – Banco Bradesco	341	-
Empréstimo de capital de giro C.015337724 – Banco Bradesco	548	-
Limite de credito – Banco Bradesco <sup>(a)</sup>	80	-
<b>Total</b>	<b><u>969</u></b>	<b><u>-</u></b>

(a) Os encargos e juros sobre a utilização dos limites de credito totalizaram R\$32 mil em 2021.

As movimentações dos saldos de empréstimos de capital de giro estão demonstradas a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Captação	2.405	-
Juros e encargos sobre empréstimos	146	-
Amortizações	(1.662)	-
<b>Saldo Final</b>	<b><u>889</u></b>	<b><u>-</u></b>

### 10. Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de contas a pagar são compostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores de projetos na Paraíba	8.479	8.494
Fornecedores de projetos no Rio de Janeiro	2.595	4.854
Impostos retidos de fornecedores a recolher	2.007	1.607
Outras contas a pagar	10	96
<b>Total</b>	<b><u>13.091</u></b>	<b><u>15.051</u></b>
IPCEP	370	431
Hospital Mamanguape	3.479	3.478
Hospital Metropolitano	6.242	6.257
Clínica da Família	2.527	4.864
Casa Lar	7	10
Abrigo Ernani	2	11
Hospital Getúlio Vargas e UPA	464	-

## Notas Explicativas da Administração

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Obrigações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos da rubrica são compostos da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Folha de pagamento	4.041	500
Provisão de férias e 13º salários	3.460	-
Encargos sociais a recolher	552	53
Impostos sobre a folha de pagamento a recolher	1.057	1.090
<b>Total</b>	<b>9.110</b>	<b>1.643</b>
IPCEP	1.510	429
Clínica da Família	-	821
Casa Lar	377	139
Maricá das Artes	447	104
Abrigo Ernani	629	150
Hospital Getúlio Vargas e UPA	6.147	-

### 12. Encargos Sociais Parcelados

Em março de 2020 foi realizado o parcelamento dos débitos referentes aos recolhimentos de INSS de agosto de 2019 a fevereiro de 2020 em 60 parcelas, sendo a última em 2025, em 2021 este parcelamento foi cindido devido a falta de pagamento de mais de três parcelas sendo reparcelado em março de 2021 em 60 parcelas, sendo a última em 2026. Também em março de 2021 foi realizado o parcelamento dos débitos referentes aos recolhimentos de INSS de março e abril de 2020 em 60 parcelas, sendo a última em 2026. Até dezembro de 2021 os parcelamentos ativos se encontram em dia sem nenhuma parcela em atraso. A despesa do exercício representa o valor de multa e juros calculados na consolidação dos parcelamentos assim como a atualização das parcelas remanescentes pela SELIC no exercício.

As movimentações dos saldos e os cronogramas de vencimento estão demonstradas a seguir:

	2021	2020
<b>Saldo Inicial</b>	<b>1.179</b>	<b>-</b>
INSS parcelado	25	1.030
Multa e juros na consolidação	5	224
Atualização SELIC	33	31
Pagamentos	(336)	(106)
<b>Saldo Final</b>	<b>906</b>	<b>1.179</b>
2021	-	364
2022	217	257
2023	217	257
2024	217	257
2025	217	44
2026	38	-

## Notas Explicativas da Administração

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Provisão para contingencias

#### 13.1. Causas Provisionadas

A provisão para riscos de contingencias judiciais foi registrada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável.

A movimentação da provisão nos exercícios para os riscos de contingencia está demonstrada a seguir:

	<u>Cíveis <sup>(a)</sup></u>	<u>Trabalhistas <sup>(b)</sup></u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.345</b>	<b>615</b>	<b>1.960</b>
Provisão e atualização	2.086	1.770	3.856
Reclassificação de passivos existentes	6.147	4.643	10.790
Reversões	(105)	(615)	(720)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>9.473</b>	<b>6.413</b>	<b>15.886</b>
Provisão e atualização	2.946	3.562	6.508
Reclassificação de passivos existentes	2.263	6	2.269
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>14.682</b>	<b>9.981</b>	<b>24.663</b>
IPCEP	1.285	4	1.289
Hospital Mamanguape	2.986	437	3.423
Hospital Metropolitan	5.340	2.570	7.910
Clínica da Família	5.071	6.970	12.041

(a) Em sua maioria referente a cobranças de fornecedores, incluindo acordos em andamento.

(b) Em sua maioria reclamações trabalhistas sobre verbas rescisórias, incluindo acordos em andamento.

#### 13.2. Causas Possíveis

Em 31 de dezembro de 2021 o Instituto é parte em processos administrativos com probabilidade de perda possível, conforme julgamento dos seus assessores jurídicos, cujo reclamante é o Governo do Estado da Paraíba, os valores das causas totalizam R\$45.2 milhões. Além disso também possui causas trabalhistas de probabilidade de perda possível no valor total de R\$4.542 mil.

#### 13.3. Depósitos Judiciais

Os saldos de Depósitos e Bloqueios Judiciais segregado por projeto estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IPCEP	282	232
Hospital Mamanguape	3.303	3.303
Hospital Metropolitan	5.293	5.293
Clínica da Família	241	241
Casa Lar	373	201
Maricá das Artes	168	28
Hospital Getúlio Vargas	1.200	-
<b>Total de Custos e Despesas</b>	<b>10.860</b>	<b>9.298</b>

## Notas Explicativas da Administração

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Patrimônio líquido

#### 14.1. Patrimônio social

O patrimônio social é composto basicamente pelos superávits e déficits históricos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo do patrimônio social é déficits acumulados no montante de R\$4.430 (R\$ 1.614 em 31 de dezembro de 2020).

#### 14.2. Reservas

De acordo com a Cláusula 5.6 do contrato de gestão nº488 do Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires, a contratada deverá instituir uma reserva para provisionamento de despesas, destinada ao pagamento de rescisões trabalhistas judiciais e/ou extrajudiciais, bem como desembolsos financeiros decorrentes de condenações judiciais constituído com recursos oriundos dos repasses feitos pelo contratante, no montante de 2% do valor mensal repassado.

Em 2020 devido ao termino da gestão da IPCEP sobre o Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires foi feita a reversão das respectivas provisões.

##### Reserva para indenizações trabalhistas

Em 2018 a Entidade constituiu reserva para indenizações trabalhistas no valor de R\$756 e em 2020 reverteu o montante total da mesma.

##### Reserva para rescisões trabalhistas

Em 2018 a Entidade constituiu reserva para rescisões trabalhistas no valor de R\$1.290. Em 2019 a Entidade reverteu o montante de R\$52 do total da reserva para rescisões trabalhistas e em 2020 a Entidade reverteu o montante de R\$1.237 referente ao saldo restante da reserva para rescisões trabalhistas.

##### Reserva para contingências trabalhistas

Em 2018 a Entidade constituiu reserva para contingências trabalhistas no valor de R\$ 436. Em 2019 a Entidade constituiu reserva para contingências trabalhistas no valor adicional de R\$ 618 e em 2020 a Entidade reverteu o montante de R\$1.055 referente ao saldo acumulado da reserva para contingências trabalhistas.

## Notas Explicativas da Administração

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Receitas operacionais

As receitas operacionais da Entidade em 2021 e 2020 são assim compostas:

	2021	2020
Projeto Cai Osvaldo Aranha	501	-
Projeto Seduc Cuidador	2.400	-
Projeto Seduc Libras	787	-
Projeto Rego e Barros	512	-
<b>Repasses de recursos do projeto</b>	<b>4.200</b>	<b>-</b>
Projeto Clínica da Família 5.1	-	384
Projeto Clínica da Família 5.2	-	753
Projeto Maricá Casa-Lar	394	282
Projeto Maricá Cultural das Artes	491	123
Projeto Maricá Abrigo Ernani	504	126
Hospital Getúlio Vargas	756	-
<b>Custeio operacionais para manutenção de projetos</b>	<b>2.145</b>	<b>1.668</b>
<b>Total da Receita Operacional</b>	<b>6.345</b>	<b>1.668</b>

### 16. Resultado financeiro

O resultado financeiro do Instituto em 2021 e 2020 são assim compostas:

	2021	2020
Rendimento líquido de aplicações financeiras	1	5
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1</b>	<b>5</b>
Tarifas e outras despesas bancárias	(6)	(5)
Despesas de mora sobre pagamentos e recolhimentos	-	(3)
Multa, Juros e Atualização SELIC sobre parcelamentos fiscais	(38)	(255)
Encargos e juros sobre empréstimos e financiamentos	(178)	-
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(222)</b>	<b>(263)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(221)</b>	<b>(258)</b>

## Notas Explicativas da Administração

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Custos e despesas operacionais

Os gastos operacionais da Entidade em 2021 e 2020 são assim compostos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários e Ordenados	(4.020)	(1.084)
Remuneração de Autônomos	(4)	(22)
Férias e 13º Salário	(824)	(232)
Rescisões e Indenizações	(298)	(77)
Gratificações	(55)	(1)
Benefícios a Funcionários	(468)	(15)
Encargos Patronais	(369)	(110)
Luz, Água, Telefonia e Utilidades	(125)	(153)
Honorários Profissionais	(730)	(253)
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(54)	(38)
Material de Expediente e Consumo Médico	(107)	-
Fornecimento de Alimentação	(20)	(4)
Limpeza, Higienização e Esterilização	(7)	(2)
Depreciação e Amortização	(4)	(17)
Conservação, Manutenção e Reparo	-	(3)
Alugueis de Bens Moveis e Imóveis	(260)	(63)
Sistemas e Redes	(134)	(25)
Seguros Patrimoniais	(25)	(24)
Impostos e Taxas	(4)	-
Despesas Diversas	(28)	(8)
Provisão para Contingencia Cível	(1.300)	(20)
Perda de Ativos não Recuperáveis	(12)	-
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b><u>(8.851)</u></b>	<b><u>(2.152)</u></b>
Despesas com pessoal	(6.038)	(1.541)
Despesas administrativas	(1.122)	(508)
Despesas patrimoniais	(265)	(83)
Insumos da área medica	(114)	-
Provisão para contingencias	(1.300)	(20)
Perdas	(12)	-

### 18. Contas de receitas e despesas segregadas por projeto

De acordo com ITG 2002 (R1) Entidade sem finalidade de lucros que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, reconhecimento das transações e variações patrimoniais das demonstrações contábeis, as receitas e despesas devem ser reconhecidas pelo princípio da competência. Outro ponto importante a ressaltar é que os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas segregadas por projeto. Desta forma, as despesas de cada projeto são contas redutoras do passivo, deduzindo assim dos recursos recebidos de cada projeto.

## Notas Explicativas da Administração

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Contas de receitas e despesas segregadas por projeto (Continuação)

As receitas e despesas segregados por projeto estão apresentados a seguir:

	Hospital Mamanguape	Hospital Metropolitano	Clínica da Família	Casa Lar	Maricá das Artes	Abrigo Ernani	Hospital G. Vargas e UPA	Total
Provisão (reversão) de repasses	(161)	(387)	7.536	3.186	2.943	2.819	63.759	79.695
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-	9	58	52	145	264
Retenções sobre Rendimentos Financeiros	-	-	-	-	-	(10)	(17)	(27)
Descontos Recebidos de Fornecedores	-	-	3	-	-	-	-	3
<b>Total de Receitas</b>	<b>(161)</b>	<b>(387)</b>	<b>7.539</b>	<b>3.195</b>	<b>3.001</b>	<b>2.861</b>	<b>63.887</b>	<b>79.935</b>
Salários e Ordenados	-	-	-	(1.475)	(1.486)	(2.194)	(12.257)	(17.412)
Remuneração de Autônomos	-	-	-	-	(99)	-	-	(99)
Férias	-	-	-	(162)	(148)	(248)	(3.074)	(3.632)
13º Salário	-	-	-	(121)	(124)	(196)	-	(441)
Rescisões e Indenizações	-	-	(1.591)	(107)	(116)	(181)	(211)	(2.206)
Benefícios a Funcionários	-	-	-	(164)	(243)	14	(389)	(782)
Encargos Patronais	-	-	-	(139)	(134)	(197)	(1.093)	(1.563)
Outras despesas com pessoal	-	-	-	-	-	-	(12.565)	(12.565)
Médicos Contratos como Pessoa Jurídica	-	-	-	-	-	(78)	-	(78)
Medicamentos	-	-	-	-	-	(2)	(3.593)	(3.595)
Descartáveis de uso Médico Hospitalar	-	-	-	(1)	-	-	(3.749)	(3.750)
Material de Expediente e Consumo Médico	-	-	-	(14)	-	(48)	-	(62)
Fornecimento de Alimentação	-	-	-	(235)	-	(1.443)	(1.040)	(2.718)
Outros Consumos Hospitalares	-	-	-	-	-	-	(48)	(48)
Limpeza, Higienização e Esterilização	-	-	-	(13)	-	(3)	(484)	(500)
Luz, Água, Telefonia e Utilidades	-	-	-	(7)	(30)	(22)	(51)	(110)
Honorários Profissionais	-	-	-	(59)	(46)	-	(5.624)	(5.729)
Outras Despesas Gerais e Administrativas	-	-	-	(426)	(593)	(942)	(87)	(2.048)
Juros e Mora sobre Pagamentos	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Conservação, Manutenção e Reparo	-	-	-	(41)	(55)	(53)	(2)	(151)
Instalações, Mobiliários e Equipamentos	-	-	-	(10)	(158)	(45)	-	(213)
Aluguéis de Bens Moveis e Imóveis	-	-	-	(184)	(47)	(241)	(647)	(1.119)
Tarifas e outras despesas bancárias	-	-	(1)	(1)	(1)	(3)	(2)	(8)
Juros e Mora sobre Recolhimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contingência Trabalhista	165	396	(4.124)	-	-	-	-	(3.714)
Provisão para Contingência Cível	(4)	(9)	(1.672)	-	-	-	-	(1.685)
<b>Total de Despesas</b>	<b>161</b>	<b>387</b>	<b>(7.539)</b>	<b>(3.159)</b>	<b>(3.280)</b>	<b>(5.882)</b>	<b>(44.918)</b>	<b>(64.230)</b>
<b>Superavit ou Déficit</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>36</b>	<b>(279)</b>	<b>(3.021)</b>	<b>18.969</b>	<b>15.705</b>

## Notas Explicativas da Administração

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Contas de receitas e despesas segregadas por projeto (Continuação)

As receitas e despesas segregados por projeto estão apresentados a seguir:

	Cai Osvaldo Aranha	CSB	SEDUC Libras	Rego e Barros	Total
Provisão (reversão) de repasses	501	2.400	787	512	4.200
<b>Total de Receitas</b>	<b>501</b>	<b>2.400</b>	<b>787</b>	<b>512</b>	<b>4.200</b>
Salários e Ordenados	(344)	(1.021)	(351)	(725)	(2.441)
Férias	(38)	-	(137)	-	(175)
13º Salário	(29)	(72)	(133)	(54)	(288)
Rescisões e Indenizações	(30)	(9)	(87)	-	(126)
Benefícios a Funcionários	(22)	(327)	46	(60)	(363)
Encargos Patronais	(22)	(105)	(38)	(63)	(228)
Material de Consumo Médico	-	(7)	(6)	(95)	(108)
Limpeza, Higienização e Esterilização	(6)	-	-	-	(6)
Luz, Água, Telefonia e Utilidades	-	(2)	-	-	(2)
Honorários Profissionais	(9)	(39)	(95)	(6)	(149)
Tarifas e outras despesas bancárias	-	-	(1)	-	(1)
<b>Total de Despesas</b>	<b>(500)</b>	<b>(1.582)</b>	<b>(802)</b>	<b>(1.003)</b>	<b>(3.887)</b>
<b>Superavit ou Déficit</b>	<b>1</b>	<b>818</b>	<b>(15)</b>	<b>(491)</b>	<b>313</b>

### 19. Gestão de risco financeiro

A gestão de risco é realizada centralmente, segundo as diretrizes da Administração, as quais orientam quanto à avaliação e proteção da Entidade contra eventuais riscos financeiros.

A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

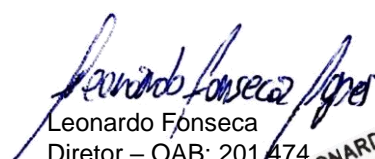
### 20. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes);
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2022.

  
Leonardo Fonseca  
Diretor – OAB: 201.474  
136.593.097-10  
**LEONARDO LOPES**  
**DIRETOR EXECUTIVO**  
**IPCEP**

MARIA DO SOCORRO PEREIRA  
FERREIRA:26852578704  
Assinado de forma digital por  
MARIA DO SOCORRO PEREIRA  
FERREIRA:26852578704  
Dados: 2022.11.04 17:11:32  
-0300

Maria do Socorro Pereira Ferreira  
Tec. Contábil - CRC: 4830258 CPF:  
CPF: 268.525.787-04